

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DEFESA E SEGURANÇA CIVIL	
PROGRAMA DA DISCIPLINA	
DISCIPLINA: HABITAÇÃO E OCUPAÇÃO DE ÁREA DE RISCO	CÓDIGO: EGG10107
MODALIDADE: (X) Presencial () EAD () Híbrida	TIPO: () Obrigatória (X) Eletiva
CARGA HORÁRIA: 30 (trinta) horas	CRÉDITOS: 02 (dois)
LINHA DE PESQUISA: definida pela coordenação	
OBJETIVO DA DISCIPLINA:	
Proporcionar uma compreensão aprofundada sobre a formação e estruturação dos assentamentos informais nas Regiões Metropolitanas Brasileiras, analisando as condições de vulnerabilidade urbana associadas às ocupações informais, bem como as políticas públicas voltadas para a urbanização desses assentamentos e a prevenção de desastres socioambientais. A disciplina também visa apresentar e discutir experiências de regularização urbanística no Brasil e em outros países da América Latina, oferecendo um panorama comparativo de estratégias e desafios enfrentados na busca por soluções sustentáveis e inclusivas.	
EMENTA:	
Análise do processo de estruturação dos assentamentos informais nas Regiões Metropolitanas Brasileiras; A relação Estado e Favelas, ao longo dos últimos 120 anos, no Brasil; As ocupações informais e o quadro de vulnerabilidade urbana; Políticas públicas de urbanização de assentamentos informais e as ações preventivas contra a ocorrência de desastres socioambientais; Exemplos de projetos desregularização urbanística de assentamentos informais, no Brasil e em outros países da América Latina.	
METODOLOGIA: Será definida por cada docente, levando em consideração as características da disciplina, os objetivos e o perfil dos discentes. Essa autonomia permite que o docente escolha as abordagens pedagógicas mais adequadas para tornar o processo de ensino dinâmico, eficaz e alinhado às necessidades dos discentes.	
AVALIAÇÃO: Será definida por cada docente, levando em consideração as características da disciplina, os objetivos e o perfil dos discentes. Essa autonomia permite que o docente escolha os critérios e os instrumentos avaliativos mais adequados ao conteúdo ministrado e ao perfil da turma.	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	
http://br.youtube.com/watch?v=oumKToo9E0A&NR=1 http://br.youtube.com/watch?v=l44Gc6kn4RU	
http://br.youtube.com/watch?v=HcyBR4A7Rio	
BRASIL. Lei dos crimes ambientais. Lei no. 9605, de 12 de fevereiro de 1998 e Decreto no. 3.179, de 21 de setembro de 1999. Estabelece as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www2.ibama.gov.br/~misis/cnia/lema_texto/9605-98.htm . Acesso em: 30/05/2004.	
BARBOZA, Silvia Carvalho. Políticas e Programas Habitacionais no Município Rio de Janeiro. Uma Avaliação da Experiência (1979_2002). Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.	
BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana Arquitextos, São Paulo, maio 2010. Disponível em: < http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.120/3432 >.	
CARDOSO, Adauto Lucio (Coord.). Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007. (Coleção Habitare).	
GUIA DE MEDIAÇÃO POPULAR. Salvador: Juspopuli, 2007. Disponível em: http://www.juspopuli.org.br/arquivos/publicacoes_dw/Guia_de_Mediacao_Popular.pdf	
LEITÃO, G. – “Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: Uma análise do processo de produção da moradia na favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos”. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), 2009.	

